



10 DE ABRIL DE 2020

## Algumas palavras sobre opções de política e a distribuição dos custos econômicos frente ao coronavírus

Por Achyles Barcelos da Costa e Carlos Henrique Horn, respectivamente professor titular aposentado da FCE/UFRGS e professor da FCE/UFRGS

Uma importante dimensão da crise na economia brasileira provocada pelo novo coronavírus refere-se à distribuição do ônus entre as diferentes classes e grupos sociais. Ao levantar essa questão, um de nossos propósitos é o de afastar como irrealistas aquelas noções de que haverá uma democratização na distribuição dos custos econômicos decorrentes das medidas de enfrentamento à pandemia, uma improvável participação igualitária de todos nessa empreitada. Como, em geral, as proposições de política pública envolvem desigual distribuição de seus custos e benefícios econômicos, os elementos de cunho político/ideológico devem também ser levados em conta a fim de contextualizar sobre que grupos recaem esses custos econômicos. Na experiência mais recente em intervenção governamental diante de crises econômicas, que foi a operação de salvamento do sistema bancário na Crise Financeira Global de 2007-2009, os beneficiários evidentes foram os acionistas e executivos de bancos, com transferência do ônus aos contribuintes.[1]

Já se tornou lugar comum, na mídia nacional e dentre economistas neoliberais[2], a condenação *a priori*, entre sarcástica e dogmática, a tudo o que é público: a instituição Estado, os serviços públicos, os funcionários públicos, a educação pública, os subsídios públicos à atividade artística etc. Todos se tornaram uma espécie de Geni [da música de Chico Buarque; se não conhece, vá no Google], algo ou alguém em quem se deve jogar pedras. O Estado é considerado ineficiente e merece depreciativos variados: paquiderme, inchado, míope, gastador, e outros que tais. O parâmetro de comparação é a chamada iniciativa privada que, ainda segundo a ideologia neoliberal, é sinônimo de eficiência, como se Estado e empresa privada tivessem a mesma natureza e objetivos. A rigor, dadas as contradições do capitalismo, acabam, sem o querer, praticando um tipo de linguagem *orwelliana* de *duplipensar*, em que o Estado é ao mesmo tempo bom e ruim. É tido como ruim e ineficiente no papel de fornecedor de bens e serviços; mas bom e capaz quando atua como regulador das chamadas “falhas de mercado”, ou quando de tempos em tempos salva empresas e bancos em dificuldades, embora não cheguem a enfatizar, à custa dos impostos que pagamos.

Já os funcionários públicos são taxados de corporativistas, privilegiados [termo preferido em vista da carga moralista que carrega] que ganham “altos salários” e gozam de estabilidade no emprego, além de que, supostamente, não se submetem a avaliações de seu desempenho. Servem os adjetivos, a um só tempo, para lhes lembrar que são ineficientes e para conter a defesa de seus interesses trabalhistas. No caso, o parâmetro comparativo também é o do setor privado: os trabalhadores que ganham menos quando confrontados com os seus congêneres públicos e que não têm estabilidade no emprego. Omitem – de maneira intencional ou não – outros aspectos: funcionários públicos se submetem a concursos seletivos baseados em conhecimentos, em média, são mais qualificados etc. E, concentrados que estão na comparação de condições laborais diversas – certamente, não para melhorar as condições dos trabalhadores no setor privado –, recusam-se a enfrentar a questão fundamental de que Nações fortes constituem Estados com serviços públicos regulados em carreiras.

Quanto ao mercado de trabalho em geral, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE, o Brasil possui em torno de 41 milhões de trabalhadores na informalidade, ocupados como autônomos, domésticos sem registro em carteira e empregados no setor privado sem carteira assinada, assim como quase 12 milhões de desempregados. O salário médio dos cerca de 33 milhões de trabalhadores formais no setor privado, sujeitos às regras da CLT, gira em torno de pouco mais do que dois salários mínimos. Articulistas de opinião e economistas dificilmente se indagam por que motivo a eficiente iniciativa privada não paga melhor seus trabalhadores e não lhes garante maior segurança no emprego. Receber baixos salários, viver na inconstância do vínculo empregatício e na angústia de não conseguir alimentar sua família parece ser tido como o “natural” que empurraria as pessoas

a vencer na vida em busca da felicidade e da realização humana. Ao não conseguirem, deduzem, a culpa seria das pessoas mesmas: ou não têm mérito, ou não investiram o suficiente em “capital humano”. Caberia interrogar qual a serventia de um sistema econômico que não garante ocupação e recursos para prover uma vida digna **para todos**.

O discurso neoliberal, repetido *ad nauseam* na mídia, sedimenta como normal a avaliação negativa *a priori* sobre o Estado e os funcionários públicos, um senso comum [não confundir com bom senso] a que os cidadãos são levados a aceitar e apoiar. Quando das crises, sejam as de natureza econômica ou essa agora da saúde, o assunto sobre os ônus a serem suportados volta à baila num conhecido mantra, com a roupagem “igualitária” de que todos “nós” devemos fazer sacrifícios para mitigar os efeitos econômicos das políticas a serem adotadas – no caso presente, contra a disseminação do vírus.

Além de defender que o Estado não deve intervir na atividade econômica, neoliberais sustentam que o caminho mais seguro para superação dos males é uma espécie de permanente “ajuste fiscal” – leia-se, preferencialmente, redução de despesa pública.[3] Não é incomum que a apresentação dessa política lance mão do argumento da “economia da dona de casa”, segundo o qual o Estado não deve gastar mais do que arrecada, mas com alguma sofisticação: isso minaria a confiança do “mercado”. [4] No curso das coisas presentes, somente os mais apaixonados defensores da política do “mais do mesmo” [= ajuste fiscal] mostram-se preocupados diante da necessária ação estatal com o intuito de mitigar os efeitos econômicos e sociais do novo coronavírus. Dada a gravíssima situação gerada pela disseminação mundial do vírus, a maioria dos economistas vem sustentando que o Estado deve agir e se endividar.

De um modo geral, os mesmos que habitualmente se preocupam com os “privilégios” dos funcionários públicos quando comparados aos trabalhadores do setor privado, lideram as hostes dos que defendem a mais ampla desregulamentação do mercado de trabalho, ampliando o poder discricionário dos empregadores. Nos últimos anos, assistimos à aprovação de reformas trabalhistas e da previdência, as quais também foram anunciadas como formas de combater “privilégios”, aumentar a eficiência da economia e elevar o número de empregos. Agora, diante das proporções assombrosas assumidas pela crise do COVID-19, a primeira opção de política pública para o mercado de trabalho foi, em linha com a crença na desregulamentação, a de permitir a suspensão do contrato de trabalho por quatro meses a fim de que trabalhadores pudessem realizar cursos à distância providos por seus empregadores, sem pagamento de salários (!). Soou estranha ao público e foi logo recolhida, tendo sido revogada por medida provisória específica e substituída por novas normas, as quais, enquanto escrevemos, estavam sob a suspeita de não se tornarem efetivas em face de problemas de legalidade ou de desinteresse dos destinatários.[5] Neste caso, o declínio no nível de ocupação e a perda de renda tomarão proporções ainda mais graves.

A par dos subsídios para a preservação de empregos e da transferência de R\$ 600,00 mensais aos mais necessitados[6], outras medidas anunciadas pelo governo vão na direção de preservar a atividade econômica com um foco nas empresas privadas. Injetar liquidez por meio do crédito a pequenas e médias empresas e subsidiar a preservação de empregos e salários dos trabalhadores, são medidas necessárias na presente situação. Empresas e suas entidades representativas têm solicitado a prorrogação do recolhimento de impostos e de outras obrigações, o que também é razoável dado o comprometimento do caixa das empresas. Estas e tantas outras medidas adotadas no Brasil, timidamente, e em outros países realizam-se pela mão muito visível do Estado.

Resta saber como serão distribuídos, desta vez, os custos dessa ação ampliada do Estado. Se a opção for do tipo “mais do mesmo”, não devemos nos surpreender com conhecidas reformas regressivas depois da tempestade, em que, sob o argumento de que muito se gastou e que cabe agora ser austero, serão providenciados todos os cortes possíveis nos serviços públicos. Podemos, inclusive, imaginar uma lista: cortar recursos da educação pública, cortar recursos do SUS, cortar recursos da segurança pública etc. Os adeptos do Estado mínimo não conseguem imaginar outro curso de ação [e lá vem o argumento da dona de casa...]. A se confirmar essa opção, o Brasil, cujo enfrentamento ao coronavírus muito terá confiado no SUS, nas instituições públicas de pesquisa como universidades e a Fiocruz, em tecnologias sociais como o cadastro único etc., embarcará numa nova rodada de regressão.

Quem sabe, ao contrário, dessa vez não se alargue o espectro dos que devem pagar os custos? Podemos, igualmente, imaginar uma lista: grandes beneficiários do pagamento de juros da dívida pública, recebedores de dividendos, grandes fortunas e heranças etc. De acordo com o Portal da Transparência do Governo, a despesa destinada ao pagamento de juros e encargos da dívida foi de R\$ 285,1 bilhões em 2019 (execução total da despesa por Natureza da Despesa). No que se fere às fortunas daqueles que fazem parte da fração muito rica da população, Relatório do Credit Suisse de 2019 informa que a riqueza total do país nesse ano era de US\$ 3,5 trilhões e que o grupo dos 1% mais ricos detinha 49% dessa riqueza o que, em cálculo simples, perfaz US\$ 1,72 trilhões. Calculemos o potencial da contribuição dos muito ricos para o país em seu enfrentamento da crise e concluiremos que não é pouca coisa! Basta decisão.

Por fim e pensando no futuro. A pandemia do COVID-19 também explicitou deficiências no sistema de saúde do Brasil em decorrência da escassez de recursos para compra de equipamentos, EPIs e outros materiais, de capital fixo insuficiente e da necessidade de mais pessoas na prestação dos serviços. Esse quadro é fruto de falta de investimentos, o que pode se agravar em face da norma constitucional do teto do ajuste nos gastos primários. Como parece ter se evidenciado a muitos durante a pandemia, o país precisa, ademais, a provisão pública e contínua de recursos suficientes nas áreas da educação e da investigação científica. O negacionismo científico que vem ganhando adeptos aqui e lá fora, inclusive dentre chefes de governo, resulta em malefícios à saúde e à vida das pessoas.

A expectativa de que, dessa vez, seja freada a política destrutiva da austeridade pode parecer ingênua, dado o contexto político da Nação, mas é necessária. É nossa posição normativa. Uma das várias lições importantes a ser extraída do momento atual é a do imprescindível fortalecimento do SUS, de um sistema público de saúde que possa amparar cada brasileiro, a tempo e a hora, quando precisar de seus serviços. Após atravessarmos esta tempestade, o mundo há de mudar. A esperança é que o sentido de solidariedade se fortaleça e se difunda na sociedade; que este sentimento se torne dominante, em detrimento do egoísmo e do individualismo. Que avancemos no processo civilizatório; que consigamos, enfim, construir uma sociedade justa e solidária.

[1] Ver: André Cunha, A intermediação financeira em tempos de crise, 09 abr. 2020, *Jornal da Universidade*. O artigo está reproduzido neste blog.

[2] Estamos conscientes de que vincular um tema econômico à noção de classes sociais costuma causar urticária dentre os afiliados à ideologia neoliberal. Isto porque, em sua matriz teórica, esses economistas não consideram a divisão da sociedade em classes. Somos todos indivíduos, agentes econômicos, ou fatores de produção, colocados no mesmo plano horizontal diante do processo produtivo, cada um contribuindo com a sua parte – o uso daquilo de que são proprietários, ou seja, capital físico, capital financeiro ou “capital humano” – e recebendo sua renda: lucros e alugueis, juros, salários. Em geral, os enfoques teóricos diferentes, ou bem são desconhecidos, ou não são considerados “boa teoria”, aquela sem rótulos e livre de ideologias. Se o leitor por acaso comunga dessa convicção, registramos que deve prosseguir a leitura por sua própria conta e risco, não sendo nossa intenção provocar qualquer alteração em seu estado de saúde, menos ainda no contexto em que nos encontramos.

[3] Curiosamente, não apenas para os males econômicos. Recentemente, em entrevista veiculada em redes sociais, o secretário de política econômica do Ministério da Economia, asseverou que a solução para o coronavírus estaria em aprovar as reformas propostas pelo ministro Guedes.

[4] O vocábulo “mercado”, conceito muitas vezes maltratado, merece uma breve digressão. Nada mais cômodo para o “mercado” do que ser chamado de “mercado” e ponto, como se tudo ficasse bem [sub]entendido. O mercado é uma instituição social em que se defrontam produtores ou ofertantes, e compradores ou consumidores, de uma mercadoria qualquer. O mercado pode ser um local físico, como o nosso Mercado Público de Porto Alegre, ou um mercado virtual, onde as transações são feitas pela Internet. Ao se falar que o “mercado” não aceita tal ou qual medida, que ele aplaude, se irrita, fica eufórico etc., assumindo características antropomórficas, como se seres humanos fossem, ficamos sem saber exatamente a que agentes do “mercado” se referem os que temem seu humor diante da ação pública: são banqueiros, grandes empresas industriais, rentistas, empresas do comércio, consumidores de laranjas, proprietários rurais, trabalhadores, aplicadores em operações de *day trade*? De fato, o “mercado”, visto sob esta ótica, pode possuir CNPJ, CPF, conta no *Facebook* e até se comunicar por *WhatsApp*. E, assim sendo, fariam bem em referir as coisas por sua concretude em lugar de esconder verdades factuais com o uso de abstrações.

[5] Ver neste blog: Carlos Henrique Horn, Empregos e salários durante a pandemia, 08 abr. 2020.

[6] Para registro e lembrança: a medida originalmente proposta pelo governo, certamente temeroso por seus impactos fiscais, era de uma ajuda de R\$ 200,00. O valor foi posteriormente ampliado por obra e graça de um consenso obtido no Congresso Nacional.

📍 **INFORMAR ERRO**

📄 **ANÁLISE: CONJUNTURA NACIONAL E CORONAVÍRUS**

# **ARTIGO**

